

# A POLÍTICA CULTURAL NOS GOVERNOS FHC E LULA

## BREVE ANÁLISE

Fábia Geisa Amaral Silva<sup>1</sup>  
Karine Lima Verde Peixoto<sup>2</sup>  
Maria de Fátima Bezerra<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo visa relatar uma breve análise sobre a Política Cultural nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), destacando o contexto do desenvolvimento cultural em cada gestão política. A contextualização do problema é de verificar qual o papel do estado brasileiro na cultura presente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Tem como objetivos, definir os conceitos de cultura, Política Cultural e analisar o desenvolvimento da cultura presente nos dois governos citados, considerando, portanto, a percepção histórica, os avanços e os desafios. A metodologia apresentada é de cunho bibliográfico, baseado em estudiosos como Rubim (2007, 2010, 2012), Schelling (1991), dentre outros. Os resultados são: o investimento das empresas no governo de FHC, tornando a cultura como objeto das mesmas e, no governo Lula, uma percepção da diversificação e redemocratização da cultura brasileira, que reconheceu sua importância como vetor de desenvolvimento para o Brasil. Diante desse itinerário

---

<sup>1</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Gestão Escolar (Universidade Estadual Vale do Acaraú), aluna especial do curso de Mestrado Acadêmico em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). <fabia.geisa2009@gmail.com>

<sup>2</sup> Bacharel em Serviço Social e Licenciada em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialista em Planejamento Educacional (Salgado de Oliveira), Educação Infantil (Universidade Vale do Acaraú) e Gestão da Educação Básica (UFJF), Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). <karinelimaverde@yahoo.com.br>

<sup>3</sup> Graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Metodologia (Universidade Estadual Vale do Acaraú); Gestão e Avaliação (Universidade Federal de Juiz de Fora); Linguística (Faculdade 7 de Setembro). Mestrado em Educação pela Universidade San Carlo. Vinculada à Secretaria de Educação do Estado do Ceará, atuando como docente na Universidade Aberta do Brasil-UFC e no Instituto de Formação do Ensino Superior do Ceará-IFESC. <fabezerra2002@yahoo.com.br>

histórico e multidisciplinar, é possível definir grandes desafios colocados para a efetividade das políticas culturais da nação brasileira na contemporaneidade e, por fim, verificar como aconteceu nos governos de FHC e Lula.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura. Política Cultural. Brasil.

## INTRODUÇÃO

Duas eras. Dois mandatos. Dois presidentes com biografias distintas. Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), ambos com um mandato de oito anos. Comparando o que foi realizado, podem-se perceber inúmeras diferenças.

Em FHC (Fernando Henrique Cardoso), o trabalhador conseguia comprar apenas uma cesta básica com seu salário, já no governo de Lula (Luiz Inácio Lula da Silva), o salário daria para comprar quase cinco cestas básicas. FHC criou 700 mil postos de trabalho, enquanto que Lula criou mais de 14 milhões de empregos. No governo de FHC apenas 2 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza, já no governo Lula foram mais de 23 milhões de pessoas que deixaram a pobreza absoluta. Em 2001, no governo de FHC, foi um ano de racionamento e metas de redução de energia. Já no governo Lula, foi criado o programa “Luz para Todos”, levando energia para mais de 10 milhões de brasileiros e houve também o investimento em energia limpa, a eólica.

Na saúde, no governo de FHC houve surtos de dengue que se espalharam pelo país. No governo de Lula houve a regulamentação dos Planos de Saúde, foi criado o programa “Farmácia Popular” e a estruturação do Sistema Único de Saúde. Na Educação, o governo de FHC extinguiu as escolas técnicas e os cursos de magistério e nenhuma universidade foi criada. E no governo de Lula, foi criado o PROUNI (Programa Universidade para Todos), um programa que promove a acessibilidade à educação para quem tem baixa renda. Houve a expansão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação, criando um importante compromisso da União com a educação básica. Foram criadas 10 (dez) universidades federais e 214 escolas técnicas em todo o País.

Quanto aos movimentos sociais, FHC criminalizou e reprimiu todos os movimentos. Já no governo Lula, houve diálogo com esses movimentos, políticas públicas foram elaboradas através de inúmeras Conferências Nacionais, dentre as principais destacam-se a Conferência para mulheres, da juventude, da educação, da comunicação e da cultura. A cultura é o recorte principal do presente artigo.

O problema destaca-se em verificar qual o papel do estado brasileiro na cultura, presente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), percebendo com a análise, os retrocessos e os avanços que o país passou a definir como cultura nos dois governos.

A escolha do artigo justifica-se em permear o itinerário histórico e multidisciplinar da política cultural brasileira nos governos de FHC e de Lula.

O referido artigo tem como objetivos, definir os conceitos de cultura, Política Cultural e analisar o desenvolvimento da cultura presente nos dois governos citados, considerando, portanto, a percepção histórica, os avanços e os desafios mediante a Política Cultural no Brasil.

A relevância do tema apresenta-se como um aporte teórico para conhecimento e aprofundamento acadêmico na área educacional, nas pesquisas e para debates na comunidade acadêmica.

A metodologia apresentada é de cunho bibliográfico, baseado em estudiosos como, Rubim (2007, 2010, 2012), Schelling (1991), dentre outros.

Os resultados do presente artigo são as análises que auxiliam no entendimento onde verificou-se o investimento por parte das empresas no governo de FHC, transformando a cultura como objeto das mesmas e, no governo Lula, a percepção de uma diversificação e redemocratização da cultura brasileira, que reconheceu sua importância como vetor de desenvolvimento para o Brasil.

Diante desse itinerário histórico e multidisciplinar, é possível definir grandes desafios colocados para a efetividade das políticas culturais da nação brasileira na contemporaneidade e, por fim, verificar como aconteceu nos governos de FHC e Lula.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### 1 Conceitos de Cultura e Política Cultural

Ao analisar os estudos teóricos referentes a cultura e seus conceitos, é possível evidenciar os conceitos desde estudiosos clássicos como Aristóteles aos estudiosos contemporâneos. A filosofia de Aristóteles definiu a cultura como aquilo que não é natural, que não vem da natureza e não decorre de leis físicas ou biológicas (REALE, 1992).

Para Romanelli (1999, p. 21), o conceito de cultura é:

(...) muito mais do que aquilo que a escola transmite e até muito mais do que aquilo que as sociedades determinam como valores a serem preservados através da educação. Podemos afirmar que cultura é humanização. E humanização aqui, tanto se refere ao processo que nos faz homens, quanto ao fato de que bens culturais também se humanizam. A história do homem, como história da cultura, é assim, o processo de transformação do mundo e simultaneamente do homem.

A autora prossegue mencionando que a “cultura se define como algo muito mais abrangente do que o simples resultado da ação intelectual do homem, ela é o próprio modo de ser humano, o mundo próprio do homem” (ROMANELLI, 1999, p. 22).

E Romanelli (1999, p. 23), conclui em seus estudos sobre o conceito de cultura citando que:

(...) a cultura está intimamente ligada a uma situação concreta e objetiva: ela se faz num tempo e num espaço determinados. Ela não é independente das circunstâncias. Ela tem uma razão de ser em função dessas circunstâncias criadoras. Fora delas, a cultura desenraiza-se e tende a cair no mero formalismo ritual, vazio de conteúdo.

Isto significa que, todo e qualquer ser humano, é dotado de uma cultura, visto que cultura não tem a ver apenas com intelectualidade.

Já para Morin (2002, p. 56):

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não há sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é singular. Assim, sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas.

Isso denota que a cultura é o conjunto de conhecimentos que uma geração passa para outras, impedindo que a humanidade tenha que iniciar tudo novamente.

Caldas (2008, p.13) em Conceito de cultura afirma:

(...) Originalmente, essa expressão vem do latim colere e significa cultivar. Com os romanos, na antiguidade, a palavra cultura foi usada pela primeira vez no sentido de destacar a educação aprimorada de uma pessoa, seu interesse pelas artes, pela ciência, pela filosofia, enfim, por tudo aquilo que o homem vem produzindo ao longo da história. Nesse aspecto, a abrangência do termo tornou-se, de lá até nossos dias, cada vez maior, sendo aplicado nas mais diversas situações, ou seja, para o plantio de um produto agrícola, o cultivo da pesca, a criação de animais etc., até o trabalho científico podemos aplicar ao termo cultura.

Em conformidade com os cientistas sociais a cultura como eles definem, refere-se ao modo de vida de um povo, em toda sua extensão e complexidade. É uma definição que visa representar uma estrutura social nas áreas do pensar, nas crenças, nas artes, nos costumes, na linguagem, nas leis, e que tudo isso se traduz nas mais variadas formas de agir, sentir e pensar de uma comunidade que aprende, inova e renova o seu próprio modo de criar.

Baseando-se nesses conceitos, a cultura pode ser entendida como manifestações espontâneas de um determinado grupo social que, uma vez incorporadas a seu modo de viver, o caracteriza e o distingue dos demais.

A definição corrente para o termo cultura, entretanto, refere-se às atividades nas áreas da arte, da literatura, da música, do teatro, da dança ou qualquer outra que expresse uma forma de organização social, não só como manifestação original e de característica exclusiva de um determinado povo, mas também de outros povos, numa troca permanente de experiências e realizações.

Quanto a Política Cultural no Brasil, só pode acontecer no sentido rigoroso da palavra, ou seja, tudo aquilo que se busca e o que se tem como finalidade, seja a cultura, você utiliza a política como um meio para o desenvolvimento da cultura. Por exemplo, não se pode utilizar a cultura como um meio de afastar jovens da violência ou qualquer ação desse tipo, mesmo que seja para causas nobres. Isso não é política cultural. Isso é utilizar a cultura para a prática assistencialista. (RUBIM, 2010).

## **2 Análise do Desenvolvimento da Cultura no Governo de FHC E Lula**

Pode-se dizer que as políticas públicas do governo FHC foram baseadas em políticas de eventos, ou seja, foram ações sem uma continuidade. Além disso, a ausência de um processo de democratização, pois estava mais para um processo autoritário, em que foi transferida a responsabilidade das ações culturais para os Estados e municípios, uma vez que o Governo Federal perdeu a iniciativa cultural, abrindo mão de políticas públicas em detrimento das leis de incentivo. No final do governo, grande parte dos municípios brasileiros não possuíam cinemas, museus, arquivos, teatros ou salas de espetáculos e bibliotecas.

Também não há registros de que o governo FHC tenha realizado um processo de debate público, ou seja, não houve uma abertura à participação popular sobre o papel da Cultura na construção de uma sociedade democrática, não inserindo a Cultura no desenvolvimento da cidadania, uma vez que o acesso aos bens culturais é um importante instrumento na construção da consciência crítica dos cidadãos.

Já diferentemente no governo Lula, verificou-se os desafios diante da Política Cultural que necessitava ser transformada e inserida de forma democrática no Brasil. Nota-se claramente, o diálogo do governo com todos os movimentos sociais e um investimento na diversificação como pontos de cultura presentes em todo o País. Somente no governo Lula é que houve a ampliação da possibilidade de acesso à cultura. O mercado cultural foi ampliado e muitas pessoas que passaram a ter acesso a bens materiais, tiveram também acesso a bens culturais que não tinham antes, ou seja, além do consumo material, tiveram também o consumo cultural. A política fundante do governo Lula foi um marco para a constituição de um país mais justo e solidário.

## **3 Desafios da Política Cultural Brasileira na Contemporaneidade**

A questão cultural na contemporaneidade apresenta uma série de novas complexidades, em grande parte, resultantes das transformações sociais que vêm ocorrendo em um ritmo progressivo, revelando diferentes modos de convivência, novos atores e processos que interferem decisivamente no campo cultural.

A relação entre espaço e tempo, proporcionada pelas inovações tecnológicas e pelos meios de comunicação e transporte. O espaço se tornou global, sendo desconectado do tempo, e permitindo que as relações sociais deixassem de ser atreladas ao ambiente local e à presença física.

Atualmente, há uma crescente circulação de símbolos, valores, produtos e até mesmo das instituições, possibilitando o contato entre diferentes culturas como em nenhum outro período precedente, caracterizando um novo contexto globalizado:

A globalização não é só a criação do sistema de grande escala, mas é também, a transformação dos contextos da experiência social. Nossas atividades cotidianas são cada vez mais influenciadas por eventos acontecendo do outro lado do mundo, e de forma recíproca, hábitos de estilos de vida local tornam-se globalmente frequentes (GIDDENS, 1994, p. 11).

Chegou-se a pensar que o processo de globalização tenderia a uma homogeneização cultural, com valores e padrões sociais uniformizados. Contudo, o que se tem observado são experiências de trocas provenientes do contato entre os diferentes grupos sociais em processos de interação passíveis de discordâncias e conflitos.

Com a ascensão de muitas pessoas à aquisição de bens materiais, houve conseqüentemente, um consumo de bens culturais onde o estudioso frisa:

Hoje, o consumo cultural tornou-se mais complexo, apresentando novos processos de produção e distribuição, novas formas de trabalho e de lazer. Isso pode ser observado através da própria inovação dos produtos e serviços culturais, colocados por uma diversidade de setores que atualmente compõem a economia da cultura ou economia criativa (design, moda, cinema, multimídia, software, publicidade, propaganda, artes). São setores dinâmicos que movimentam o mercado mundial com índices de crescimento cada vez maiores e incluem as chamadas indústrias criativas: são aquelas indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que têm um potencial para geração de empregos e riquezas por meio da geração e exploração da propriedade intelectual. Isto inclui a propaganda, arquitetura, o mercado de artes e antiguidades, artesanatos, design, design de moda, filmes e vídeos, software de lazer interativo, música, artes cênicas, publicações, software e jogos de computador, televisão e rádio. (MATTELART, 2005, p. 112).

Isso significa que, com o aumento do consumo de bens culturais, houve uma formação de novas identidades nas pessoas e nos grupos. Por exemplo, assistir a um filme ou ouvir músicas internacionais são exemplos de situações que pertencem ao cotidiano de muitas pessoas, e podem influenciar em seus comportamentos,

valores e modos de pensar devido ao conteúdo simbólico que diferencia um produto cultural.

O homem contemporâneo, “à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam é confrontado por diferentes identidades, sendo permitido, assumir uma dessas identidades mesmo que temporariamente” (HALL, 2003, p. 12).

Nesse sentido, a construção das identidades dos grupos e dos indivíduos, atualmente, ultrapassa as referências que antes de davam em um plano muito mais restrito.

Dessa forma, a cultura, em seus aspectos contemporâneos, se apresenta sob uma conjuntura muito mais complexa e ampla, o que pode ser observado através do crescente contato e influências entre grupos culturais distintos, das transformações das indústrias culturais e essa abrangência cultural revela a ampliação do significado da cultura, trazendo questões como direito autoral, patente, marcas. Identifica-se com isso, que a cultura vem se transformando e assumindo uma posição central na contemporaneidade, estando cada vez mais articulada às diversas áreas sociais, a exemplo da política, da econômica e da comunicação.

## **RESULTADOS**

A contextualização do problema se dá em verificar qual o papel do estado brasileiro na cultura presente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Apresentam-se nesse contexto, os resultados propostos no presente artigo.

Fernando Henrique Cardoso (FHC), como acadêmico, doutorou-se em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP) e durante o exílio, no período ditatorial de 64, publica em coautoria com Enzo Faletto, o livro Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Afirma-se como defensor da Teoria da Dependência que entendia a subordinação de um país por outro, quando seu desenvolvimento estava limitado não por sua condição agrário-exportadora ou legado pré-capitalista, mas como resultado do padrão de



desenvolvimento capitalista do país e por sua inserção econômica internacional dada pelo imperialismo.

Theotônio dos Santos, em um artigo clássico denominado, 'A estrutura da Dependência', publicado em 1970 na revista *American Economic Review*, conceitua dependência como:

(...) uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio internacional, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e serem autossustentáveis, enquanto outros (os dependentes) só podem fazê-lo como um reflexo daquela expansão, o que pode ter um efeito positivo ou negativo sobre seu desenvolvimento imediato (PAULO DANIEL, 2012).

A ruptura da dependência seria ultrapassada assim, não pela modernização e industrialização econômica, mas pela superação do subdesenvolvimento, numa ação que implicaria inclusive na suspensão do próprio ordenamento capitalista. A própria história tratou de mostrar que a associação ao capital internacional promoveu o aumento da concentração de renda e a abertura ao capital externo, sendo esta última, uma característica basilar do neoliberalismo. A proposta da corrente weberiana, defendida por FHC, na prática garantia a ampliação do grau de subordinação dos países dependentes ao capital internacional, demonstrando que quanto mais se desenvolvessem, mais dependente esses países se tornariam.

Saindo da vida acadêmica e entrando no cenário político, FHC assume o Ministério da Fazenda, no governo Itamar Franco, entre 1993/1994, sendo um dos principais idealizadores do Plano Real resolvendo o problema crônico da inflação brasileira. O sucesso da política econômica lhe qualificou para concorrer à presidência em 1994, conquistando-a, sendo reconduzido em 1998, permanecendo no poder entre 1995 e 2003. Sua gestão apresentou um caráter essencialmente neoliberal traduzida em ações governamentais como: privatização de empresas públicas apontadas como deficitárias; reordenamento institucional e administrativo dos serviços públicos e a flexibilização de leis trabalhistas. É também desta época uma frase que já entrou para o folclore político brasileiro e é atribuída a FHC, embora já tenha sido negada por ele diversas vezes, embora ilustre a disparidade entre suas teorias e ações: “esqueçam o que escrevi”.

Com um governo focado na administração gerencial e não concebendo a área cultural como estratégica, consegue através do Ministro Weffort, cientista político ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), estabilizar o Ministério da Cultura (MinC), construindo políticas de longo prazo, embora estas fossem amplamente criticadas por diferentes grupos e pessoas ligadas à área. O financiamento se deu exclusivamente por instrumentos de renúncia fiscal como a Lei Rouanet (1991) e a Lei do Audiovisual (1993), ambas com 100% de isenção para os patrocinadores, tendo o MinC como concepção administrativa, um conceito de cultura alinhado ao de democratização.

Segundo Oliveira (2012):

No contexto neoliberal do governo FHC, o ministro Francisco Weffort, renomado cientista político, lança uma pequena publicação intitulada A cultura é um bom negócio, buscando sensibilizar a iniciativa privada a investir em cultura através das leis de incentivo, cujos artigos haviam sido alterados para aumentar o teto de renúncia e os percentuais de isenção, de forma a tornar mais atrativo o investimento na área. À iniciativa privada cabia resolver os caminhos da política cultural. Outro slogan propagado pelo ministro afirmava: a parceria com o mercado é o caminho. A Lei Rouanet passava a ser efetivamente utilizada pelas empresas e se consolidava como a forma predominante de financiamento à cultura no Brasil, período em que vivíamos um processo de estabilização da economia, outro fator a explicar a maior adesão das empresas privadas ao mecenato.

Dado à concentração de grandes empresas e projetos culturais com maior destaque e expressão nacional no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, o incentivo fiscal converge, sobretudo para esta região, discriminando o pequeno empresário cultural que não consegue dar conta da burocracia, e nem tampouco dos contatos necessários para o patrocínio. É somente com a legalização da figura do captador de recursos, através da Lei Rouanet, que se consegue garantir uma efetiva mediação entre as grandes empresas e os projetos culturais.

As críticas feitas ao financiamento da cultura no Governo FHC residem na transferência indireta da política cultural para a administração do mercado quase em sua totalidade, pois apesar do poder público selecionar quantos e quais projetos poderiam receber esses recursos, cabia às empresas optar por aqueles que renderiam, segundo eles, as melhores vantagens publicitárias. No fim, era dado ao mercado o poder de decidir quais projetos culturais vingariam e quais fracassariam. Não se pode negar, no entanto, dada a soma vultosa de recursos

desprendida, a empregabilidade direta e indireta na indústria cultural, ampliou de forma significativa neste período.

Outros pontos de destaque foram as ações voltadas para área de cinema com a sua retomada naquele momento e o decreto nº 3.551/2000 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, favorecendo a área de patrimônio.

É neste cenário que emerge a figura de Luís Inácio Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores (PT), o ex metalúrgico que, após três tentativas fracassadas, finalmente, conquista a presidência do Brasil. Sua ascensão foi vista pelo mercado, em princípio com desconfiança, já que teoricamente representava um partido de esquerda. Em seu discurso de posse, deixa evidente que o governo estaria pautado na justiça social, estabilidade econômica e política externa:

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades.

(...)

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado (FOLHA ONLINE, 01/01/2013).

Lula deixa claro que sua política seria diferente de FHC, já que este deixou o mercado conduzi-la. A promessa era de que o Estado seria protagonista, forte, atuante e que assumiria responsabilidades. O mercado, assim, deveria seguir suas orientações e não o contrário.

Os rumos da política cultural começam a ser desvendados quando nomeia para o MinC, Gilberto Gil, um artista de âmbito nacional, baiano, politizado e um dos responsáveis pelo tropicalismo, movimento de renovação da arte brasileira, através da música.

A cultura, enquanto Política Pública começa finalmente a ser institucionalizada. O MinC formula e executa projetos a partir de demandas apontadas via participação popular. O empreendimento exige reestruturação do

Ministério, capacitação dos operadores (pessoas e instituições) e ampliação dos recursos. Ao longo de 8 anos de sua gestão, Lula aprovou 4 decretos com o objetivo de estruturação do órgão, já que o modelo anterior estava assentado somente no financiamento via Lei Rouanet, conforme cita o estudioso:

A institucionalização do Ministério foi ampliada através de reformas político-administrativas e da realização de concursos, que lhe deram mais musculatura, ainda que não na dimensão almejada e necessária. A reforma realizada no início da gestão buscou superar as zonas de somreamento e dar maior operacionalidade ao Ministério e seus órgãos vinculados. (MEIRA, 2004). (...) A realização do 'primeiro concurso público da história do ministério', desde que foi criado, há mais de vinte anos (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, p. 18) e, posteriormente, de novos concursos, têm contribuído para dotar a área de cultura de um mínimo de condições para a formulação e o desenvolvimento de políticas culturais nacionais em tempos de democracia (RUBIM, 2010, p. 19).

As Conferências Nacionais de Cultura, o Plano Nacional de Cultura (PNC), o Sistema Nacional de Cultura (SNC), os encontros do Seminário Cultura para Todos como exemplo dos fóruns ativos no período e a criação do Programa Cultura Viva são marcas inquestionáveis da maior de todas as obras da administração Lula/Gil/Juca: a ampliação do conceito de cultura que não mais se restringe ao aspecto da Arte e o incentivo à participação popular na construção de uma democracia cultural.

A participação social se efetiva nos espaços institucionalizados, onde representantes da sociedade e do Poder Público, debatem e constroem propostas para a consolidação de políticas públicas, sendo Estado e sociedade civil, representados de forma igualitária.

Sobre o financiamento, as leis de incentivo fiscal persistiram como sendo extremamente necessárias ao período, no entanto, foram idealizados mediante reforma na legislação, assim nasceram gatilhos redistributivos para que os recursos não ficassem restritos ao eixo- RJ-SP. Construiu-se Projeto de Lei que propunha um orçamento vinculativo: 2% (União), 1,5% (Estadual) e 1% (Municipal), embora nunca tenha se efetivado. A mais inteligente ação do governo nesta área foi o uso de recursos, através do lançamento de editais públicos pelas grandes estatais. As empresas passaram a patrocinar projetos culturais apontados como prioritários pelo governo, ao observar carências no sistema visando à melhoria dos indicadores culturais. Um exemplo desta decisão foi à ampliação do número de bibliotecas no país.

Durante o processo de institucionalização da política cultural no governo Lula, observa-se ainda a necessidade da construção de indicadores para avaliar seus avanços e recuos, por isso, o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*, a pedido do MinC, cria dados a partir de informações que foram acrescidas e coletadas através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Esta realiza periodicamente uma sondagem, sobretudo nas prefeituras, investigando estrutura, dinâmica e funcionamento das instituições públicas municipais, além de políticas dos setores no âmbito dos governos municipais.

A abertura de editais se torna uma marca de inclusão da gestão Gil no Ministério, o modelo é absorvido e utilizado nas demais esferas administrativas e cria-se o habitus entre os produtores culturais. O instrumento edital direciona recursos para grupos diversos e contra-hegemônicos, assegurando maior visibilidade e protagonismo cultural a cada um deles.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos estudos analisados, afirma-se que o governo Lula optou por um caminho de governo que colocou o Estado como indutor do desenvolvimento econômico e social do país, diferente do governo FHC que ao aderir ao programa neoliberal defendeu em sua gestão que o mercado deveria ser o responsável pelo crescimento econômico e o Estado teria um papel de mediação entre os interesses da sociedade e do mercado.

Evidencia-se ainda, uma tendência inclusiva no governo Lula/Gil/Juca baseada no conceito de democracia cultural, envolvendo um amplo conjunto de manifestações e participação de grupos organizados na gestão, alçando o Ministério da Cultura maior poder de intervenção, diferindo das ações do governo FHC/Weffort. Concluímos que a diferença existente é derivada da concepção de Estado que cada um deles possuía: FHC com o seu conceito mínimo e gerencial, Lula, com a compreensão de um Estado amplo, equânime, participativo e atuante.

## REFERÊNCIAS

- CALDAS, Aulete. Dicionário Digital. Lexikon, 2008.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. "**Repensando Dependência e Desenvolvimento na América Latina**". Economia e Movimentos Sociais na América Latina, Bernardo Sorj, Fernando H. Cardoso e Mauricio Font (eds.), São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- FOLHA ONLINE. Leia na íntegra o discurso de Lula no Congresso Nacional. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>>. Acesso em 08/05/2018.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo, UNESP, 1994.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- KLAMT, Valdemir. **O intelectual Mário de Andrade e suas políticas culturais**. 2003. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Teoria Literária, Centro de Comunicação e Expressão Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- MATTELART, Armand. Diversidade cultural e mundialização. São Paulo, Parábola Editorial, 2005.
- MORIN, Edgar. O problema epistemológico da complexidade. Porto Alegre, Artmed, 2002.
- OLIVEIRA, Lúcia M. B. de. Que políticas culturais? **Periódico permanente**, volume 1, nº. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.forumpermanente.org/revista/edicao-0/textos/que-politicas-culturais>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.
- QUADROS, Raquel dos Santos; MACHADO, Maria Cristina Gomes. O ministro Gustavo Capanema e a ação cultural do ministério da educação e saúde na era Vargas. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 62-75, jul/dez, 2013.
- PAULO DANIEL. 40 anos da Teoria da Dependência. **Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/40-anos-da-teoria-da-dependencia>> Acesso em: 08 de março de 2018.
- REALE, Giovanni. História da Filosofia Antiga. Loyola, São Paulo 1992.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis, Vozes, 1999.
- RUBIM, Antonio A. C.; ROCHA, Renata (Org.). **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012.

RUBIM, Antonio A. C. (Org.). Políticas culturais no governo Lula. Salvador: EDUFBA, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador, Edufba, 2007.

RUBIM, Linda (Org.). Organização e produção da cultura. Salvador: EDUFBA, 2005.

SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira**: ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>> acesso em 08 de maio de 2018.